



Controlo de Qualidade da revisão nos cinco anos da Declaração do Milénio

Social Watch (2005). *A Civil Society Benchmark for the 5-year Review of the Millennium Declaration* (www.socialwatch.org). Este documento já foi subscrito por centenas de organizações e redes da sociedade civil em todo o mundo. Em Portugal a rede Social Watch é representada pela Oikos – Cooperação e Desenvolvimento.

ÍNDICE

0.	Introdução.....	3
1.	Da erradicação da pobreza à diminuição das desigualdades.....	4
2.	Definir estratégias para o desenvolvimento: o papel das instituições financeiras internacionais.....	5
3.	Alcançar a igualdade e equidade de género	7
4.	Tomar medidas urgentes face à alteração climática.....	8
5.	Pôr fim à militarização e à proliferação de armas	9
6.	Financiar o desenvolvimento	10
7.	Estabelecer regras comerciais justas.....	13
8.	Combater o HIV/sida e outras epidemias.....	13
9.	Promover a responsabilização (accountability) das empresas.....	15
10.	Democratizar a governação internacional	16
11.	Envolver a sociedade civil.....	17
	Conclusões	18

0. Introdução

De 14 a 16 de Setembro de 2005, a implementação da Declaração do Milénio vai ser avaliada à luz dos progressos verificados desde a sua adopção em 2000. Na altura em que a Declaração foi adoptada considerou-se que deveria conter a agenda para erradicar a pobreza na primeira parte do novo milénio

A Declaração do Milénio foi elaborada com base nos compromissos assumidos pela comunidade internacional na década precedente, numa série de conferências e cimeiras – incluindo as que tratavam de ambiente; direitos humanos; igualdade e equidade de género; desenvolvimento social; os direitos das crianças; população; direitos sexuais e reprodutivos; direito a alojamento. Como parte desses compromissos, a Cimeira Social das Nações Unidas, em 1995, reconheceu que é possível alcançar a erradicação da pobreza e adoptou uma estratégia para cumprir este objectivo. Esta estratégia baseava-se num **conceito abrangente de desenvolvimento, que incluía não só um enfoque na pobreza, mas também considerava o pleno emprego e a inclusão social como aspectos igualmente importantes da estratégia**. A sociedade civil desempenhou um papel activo em torno das conferências dos anos 90, apelando aos governos para que adoptassem compromissos calendarizados para promoverem o desenvolvimento através da erradicação da pobreza, do pleno emprego e da diminuição da exclusão social. O envolvimento da sociedade civil nestes processos resultou no estabelecimento de ligações de organizações da sociedade civil por todo o mundo, as quais monitorizam activamente a concretização dos compromissos assumidos pelos governos.

Desde a Cimeira do Milénio em 2000, deram-se **acontecimentos críticos** – dos ataques de 2001 aos EUA e subsequentes intervenções militares no Afeganistão e no Iraque ao tsunami na Ásia – que agitaram a comunidade internacional.

A segurança não pode ser garantida pela força. O conflito não pode ser resolvido pelas armas. Só quando confrontamos seriamente as desigualdades que nos dividem, promovemos a justiça social e asseguramos os direitos humanos de todos é que podemos esperar alcançar um futuro estável.

A urgência de fazer isto não pode ser subestimada. A ameaça muito real de destruição que o aquecimento global põe à vida humana na sua forma actual e à flora e fauna contemporâneas, carece ainda de resposta suficiente. O seu impacto na vida das pessoas está a começar a fazer-se sentir, sendo as comunidades mais marginalizadas as mais afectadas. Embora os efeitos devastadores do tsunami na Ásia possam não ser resultado de uma alteração climática, decerto que enfatizam a vulnerabilidade das comunidades quando as forças da Natureza irrompem em força devido a alterações do mundo natural em que vivemos. Sem dúvida, temos todos responsabilidades em assegurar que sejam ultrapassadas as ameaças à vida e à sustentabilidade do nosso planeta, e não só adoptando estilos de vida responsáveis. No entanto, cabe aos governos e àqueles que detêm posições de poder uma responsabilidade particular em assegurar que as práticas promovidas e legalmente permitidas se coadunam com a sustentabilidade continuada do meio ambiente.

A colossal destruição do terramoto no oceano Índico e do tsunami subsequente, juntamente com as consequências que se seguiram, não só aumentaram a consciência da responsabilidade internacional, mas também destacaram as diferentes realidades de segurança para populações que vivem em diferentes contextos. Isto contrasta com as consequências de outras crises, como a de Darfur, que têm igual impacto sobre as pessoas directamente afectadas. E igualmente com as mortes silenciosas, mas contínuas, de milhões de pessoas, mortes que podiam ser evitadas. **Pelo menos, o tsunami – e o recente furacão Katrina – fizeram a opinião pública apurar a vista para a complexidade e intolerabilidade ética da desigualdade entre os muitos ricos e os muitos pobres.**

Estes acontecimentos enfatizam a natureza interligada do mundo em que vivemos, onde as consequências de decisões, acções e acontecimentos que ocorrem numa parte do mundo cada vez mais têm impacto nas pessoas e comunidades globalmente. Eles também ilustram graficamente as consequências das tremendas desigualdades que existem hoje, não só na distribuição da riqueza e rendimentos, mas também no acesso

aos decisores e ao poder, e aos recursos que sustentam a própria vida. Estas desigualdades, que directamente contribuem para a pobreza e a mantêm, estão no centro da origem e persistência da instabilidade.

A avaliação da Declaração do Milénio, bem como as posições tomadas pelos governos na preparação da avaliação, serão vistas à luz destes acontecimentos. **Em Setembro de 2005 a comunidade internacional tem a oportunidade de encarar os desafios cruciais da nossa época e de implementar a ambiciosa estratégia que é necessária para assegurar o mundo por muitas gerações.** O reconhecimento de todos os direitos humanos deve ser um princípio orientador. O sucesso requer o envolvimento de todos os interessados, tanto nas preparações para o evento de alto nível em Setembro de 2005, como em torno dos eventos em si. As pessoas em todo o mundo sabem o que está em jogo. Os que viveram o tsunami asiático e o furacão Katrina compreendem a fragilidade da vida. Os refugiados em Darfur compreendem as consequências da insegurança. As comunidades dizimadas pelo HIV/sida lutam pela sobrevivência. Os produtores florestais que perdem o fruto de décadas de trabalho e os agricultores que perdem as colheitas ou o gado de que dependiam, eles e as suas famílias, sabem o que significa ficar completamente sem nada. Para estes, e para os milhões de pessoas como eles, as desigualdades do nosso mundo têm consequências reais. É com base neste tipo de experiência que as organizações da sociedade civil apelam aos líderes da comunidade internacional para que ajam rápida e decididamente quando se reunirem em Nova Iorque nos dias 14-16 de Setembro de 2005. Em particular nós apelamos aos líderes mundiais para estabelecerem os seguintes compromissos:

1. Da erradicação da pobreza à diminuição das desigualdades

O mundo tem os meios para erradicar a pobreza. Isto pode e deve ser feito. A fome, a má nutrição e a condenação a viver na pobreza extrema, são uma afronta à humanidade e uma negação de direitos humanos básicos. Temos, por isso, a obrigação de erradicar a pobreza e temos de tomar todas as medidas possíveis para assegurar que este objectivo é atingido. O que falta é a vontade política para o concretizar. Não só a comunidade internacional deve reafirmar o seu compromisso de erradicar a pobreza em todo o mundo o mais rapidamente possível, mas também cada governo deve reconhecer a sua obrigação individual e colectiva para tornar efectivas estratégias para erradicar a pobreza.

A pobreza não é uma estatística e não é definida por um, ou mesmo por dois dólares por dia. Não há vantagem em distinguir os muito pobres dos quase muito pobres ou os pobres entre os ricos nos países em desenvolvimento dos pobres entre os ricos nos países desenvolvidos. Todos contam. A pobreza baseia-se na distribuição radicalmente desigual do rendimento, assim como na distribuição também desigual dos activos, no acesso desigual a oportunidades de trabalho e emprego, a benefícios e serviços sociais, e na distribuição desigual do poder político, do acesso à informação e à participação política. Isto é em grande parte resultado de desequilíbrios enraizados e persistentes nos actuais mecanismos da economia global, a qual, de acordo com a Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização, é “eticamente inaceitável e politicamente insustentável”. As mulheres frequentemente estão entre quem sofre estas desigualdades.

As desigualdades e a injustiça social são fontes importantes de instabilidade e conflitos nacionais e internacionais. Os que lutam pela sobrevivência procuram os meios de vida, enquanto os que dispõem de mais do que o suficiente protegem o que têm e, demasiadas vezes, procuram acumular mais. Uma resposta adequada à pobreza só se encontra através de iniciativas abrangentes e redistributivas que visem todos os aspectos da desigualdade e dêem particular atenção à dimensão de género. Uma ênfase concertada no desenvolvimento social constitui uma contribuição maior para a erradicação da pobreza, com destaque para o fornecimento de saúde básica, educação básica, água e saneamento. Alcançar os ODM (Objectivos do Milénio) dentro dos prazos acordados é apenas a parte mais urgente de tudo o que é necessário para se atingir este desígnio.

A segurança e a estabilidade só podem ser alcançadas quando se assegurar a justiça social, quando se respeitar os direitos de cada um aos meios de sobrevivência (água, saúde, alimentação, alojamento, etc.) e quando todos tiverem acesso aos meios de subsistência para si, para as suas famílias e para as respectivas comunidades.

Apelamos aos governos que se comprometam a erradicar a pobreza e a alcançar justiça social. Em particular, pedimos:

- **reafirmem a convicção de que a pobreza pode ser erradicada, tal como fizeram há dez anos em Copenhaga;**
- **se comprometam a erradicar a pobreza em todos e em cada país até 2025, sendo a pobreza definida em cada país com base nas diferentes realidades nacionais;**
- **se comprometam a que as estratégias nacionais para a erradicação da pobreza estejam definidas em cada país até 2007, elaboradas através de um processo consultivo transparente, em que os pobres sejam activamente envolvidos;**
- **implementem políticas dedicadas à redução de desigualdades, incluindo a garantia do acesso universal a serviços sociais públicos básicos com qualidade, políticas fiscais redistributivas, respeito pelas leis laborais básicas;**
- **apoiem a exigência dos relatórios e apreciações feitas no Pacto de Direitos Económicos, Sociais e Culturais, de modo a assegurar avaliações mais frequentes e completas do cumprimento pelos Estados das suas obrigações em matéria de direitos humanos para com os seus cidadãos;**
- **se comprometam a apresentar relatórios regulares ao ECOSOC ¹ das Nações Unidas sobre os progressos na concretização destas estratégias, sendo o primeiro desses relatórios feito o mais tardar até 2007.**

2. Definir estratégias para o desenvolvimento: o papel das instituições financeiras internacionais

A estratégia de desenvolvimento de um país deveria ser fundamentada na experiência do respectivo povo. Em décadas passadas, foram impostas condições macroeconómicas alargadas para a concessão de ajuda ao desenvolvimento, empréstimos e cancelamento da dívida, com desastrosas consequências para o desenvolvimento social. Políticas de ajustamento estrutural, de liberalização e de privatização fizeram crescer desigualdades e não diminuí-las, com efeito muito mais severo em comunidades e famílias com menor acesso a trabalho decente e a meios de subsistência sustentáveis. Para a maioria das pessoas que vivem na pobreza, das quais um número desproporcionado são mulheres e crianças, a agricultura e a pesca providenciam a única viabilidade de sustento para elas e suas famílias. Reformas económicas impostas aos países em desenvolvimento promoveram produções orientadas para a exportação, principalmente de produtos cujo preço no mercado internacional decresceu dramaticamente, e impuseram um crescente controlo por interesses corporativos sobre produtos agrícolas e piscícolas. O resultado foi o crescente empobrecimento para largos sectores dos países em desenvolvimento, para os quais não há opções alternativas.

¹ ECOSOC - Conselho Económico e Social

A noção de que medidas para incrementar o comércio levariam à erradicação da pobreza não funcionou, como se pode constatar por várias análises estatísticas que cobrem os últimos 20 anos, desde a imposição de políticas de liberalização do comércio e de modelos de crescimento económico baseados na exportação. Os Programas de Estratégias de Redução da Pobreza do FMI e do Banco Mundial, que supostamente se destinavam a combater esses efeitos negativos, na prática não o conseguiram.

Em teoria, o objectivo de assegurar um adequado enfoque na pobreza através de estratégias de desenvolvimento dos países, bem como a atribuição da ajuda pública ao desenvolvimento com um crescente sentido de apropriação por parte dos países beneficiários, coadunava-se com o espírito do Objectivo 8 e a sua "*parceria global para o desenvolvimento*". Contudo, a experiência mostrou que isto está muito longe de ser verdade, com numerosas condições macroeconómicas a serem ainda ligadas à ajuda. Os empréstimos do Banco Mundial apoiam programas específicos de reforma que incluem acções (condicionalidades) consideradas fundamentais pelo Banco Mundial e pelo FMI para o sucesso do programa. As negociações de empréstimos são ainda conduzidas atrás de portas fechadas dos ministérios das Finanças e dos bancos centrais, continuando-se a promover as políticas macroeconómicas falhadas do passado. Não é de surpreender que a "*apropriação*" das estratégias de desenvolvimento nacional não tenham cumprido o que prometiam.

A diminuição do Estado e a privatização de serviços básicos (sistemas de saúde, água, educação), negam cada vez mais o acesso aos que não tem hipótese de pagar por aquilo que constitui um direito humano básico. Globalização e liberalização do comércio, a corporativização da agricultura e de outras formas de produção, não deveriam ter sido as regras estruturadoras. Em vez disso, os meios de subsistência locais sustentáveis, a soberania alimentar, a regeneração do meio ambiente e as preocupações sociais é que deveriam ser os princípios orientadores.

Apelamos aos governos para que promovam estratégias de desenvolvimento baseadas nas necessidades e experiência das pessoas. Em particular, pedimos:

- **que se fortaleça o processo de elaboração das políticas nacionais baseado em necessidades definidas nacionalmente e prioridades identificadas através de processos participativos. Estes devem ser definidos baseando-se nos direitos e devem permitir que os interesses e objectivos auto-definidos dos vendedores de rua, trabalhadores da indústria, pescadores e trabalhadores do campo se reflectam claramente nas estratégias nacionais de desenvolvimento nacional;**
- **transparência no processo de definição das estratégias nacionais de desenvolvimento, de modo a promover a efectiva participação das partes interessadas do país na formulação da política nacional;**
- **estabelecimento de PRSP (Documentos de Estratégia para a Redução da Pobreza) que respeitem a verdadeira apropriação através de processos de decisão definidos a nível nacional, com a participação efectiva da sociedade civil e respondendo perante os parlamentos nacionais;**
- **reformas relativas à terra e às águas que assegurem a camponeses, pescadores e outras comunidades rurais o acesso, controlo, apropriação e gestão dos recursos produtivos. Deve-se prestar uma especial atenção para que as mulheres mantenham o controlo ou o acesso a recursos, como as sementes.**

3. Alcançar a igualdade e equidade de género

A redução da pobreza e a autonomização das mulheres estão interligadas de muitas maneiras. As mulheres constituem a maioria dos pobres no mundo e frequentemente carregam o pesado fardo económico e social de serem responsáveis pelos membros mais vulneráveis da comunidade, como crianças, idosos e doentes. As mulheres e raparigas que vivem na pobreza têm também maior risco de se tornar vítimas de violência com base no género, de serem infectadas com o vírus HIV/SIDA, de morrerem ao dar à luz e de serem vendidas para escravatura. Reformas económicas que façam desaparecer as obrigações sociais do Estado e privatizem bens públicos afectam com um peso desproporcionado as mulheres e aprofundam as desigualdades de género, dado que elas são pressionadas para compensar as falhas. Por outro lado, as mulheres constituem agentes activos cruciais em quaisquer estratégias para erradicar a pobreza. Negar o acesso total e livre das mulheres ao sector económico e ao mercado de trabalho não só é a negação dos seus direitos humanos básicos, mas também prejudica o desenvolvimento económico de um país. A pobreza não pode ser combatida com sucesso sem que seja assegurada igualdade de acesso aos meios de subsistência entre homens e mulheres, e ainda a igualdade de oportunidades. A igualdade e a equidade de género são objectivos fundamentais por si mesmos, mas são também uma condição prévia essencial para a erradicação da pobreza.

As metas dos ODM que visam dar poder às mulheres (ODM 3 e ODM 5) têm de ser alcançadas, mas só por si são insuficientes. Para se atingir uma verdadeira igualdade de género, este conceito tem de ser entendido de uma forma alargada e não apenas limitado às questões incluídas nos ODM. Outros aspectos cruciais, como conflito, violência, direitos sexuais e reprodutivos, bem como direitos em geral, têm também de ser clara e explicitamente visados.

A declaração política adoptada pelos governos na revisão dos 10 anos da Conferência Mundial sobre a Mulher de Beijing, em Março de 2005, diz: *“enfatizamos que a aplicação plena e eficaz da Declaração de Beijing e da Plataforma de Acção é essencial para alcançar os ODM,(...)e, a esse respeito, destacamos a necessidade de integrar uma perspectiva de género na sessão plenária de alto nível na revisão da Declaração do Milénio”.*

Apelamos aos governos para que reconheçam em absoluto a centralidade da igualdade e equidade de género para que qualquer estratégia de desenvolvimento tenha sucesso. Em particular, pedimos:

- **que seja dada maior ênfase à prossecução da igualdade de género na implementação nacional, regional e internacional das estratégias de desenvolvimento, estabelecendo-se para tal metas e indicadores significativos para medir os progressos;**
- **aumentar a taxa de finalização escolar do ensino primário e o acesso do ensino secundário às raparigas; garantir os direitos de propriedade e hereditários das mulheres; assegurar o acesso universal ao serviço de saúde sexual e reprodutiva, proteger e promover todos os direitos humanos às mulheres; promover a equidade ao acesso de emprego e nas leis laborais; promover o equilíbrio de género na tomada de decisões governamentais e redobrar os esforços no combate à violência contra as mulheres;**
- **que se definam medidas explícitas para alcançar a igualdade de género no contexto do ODM 8, particularmente para assegurar que se promove a igualdade de género no âmbito dos PRSP e da nova arquitectura da ajuda;**
- **um pacto entre doadores e seus parceiros para atribuir 10% de recursos especificamente à promoção da igualdade de género e ao apoio a actividades específicas que visem dar poder às mulheres;**

- **que cada um dos governos cumpra os seus compromissos de promoção da igualdade de género, assumidos na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW, 1978) e na Declaração e Plataforma para Acção de Beijing (1995), e que adopte um protocolo adicional à CEDAW.**

4. Tomar medidas urgentes face à alteração climática

O complexo equilíbrio ecológico do nosso planeta, que garante as bases da própria vida, enfrenta ameaças sem precedentes, devidas em larga medida a estratégias de desenvolvimento levadas a cabo pelo homem. A nossa sobrevivência pode depender de se tomarem imediatas medidas para combater as pressões insustentáveis que nós próprios criámos. Vêm-se já em todo o mundo crescentes ameaças para as populações. Os mais afectados pelas consequências imediatas da degradação ecológica e das alterações ambientais são os que já eram mais vulneráveis, especialmente as comunidades marginalizadas e as pessoas que vivem na pobreza.

Há que cuidar de muitos aspectos do equilíbrio ecológico do mundo, mas o aquecimento e as alterações climáticas globais constituem uma significativa ameaça. O aumento das temperaturas já acelerou o degelo do Ártico e estudos científicos recentes predizem que este terá diminuído cerca de 50% até ao fim do século. Previsões estimam que por volta de 2050 se terá perdido mais de um milhão de distintas formas de vida.

Ainda que se esteja a tomar medidas, estas são lentas e insuficientes, especialmente se atendermos ao potencial de consequências calamitosas que podem ocorrer. A relutância de algumas nações (em particular as mais responsáveis pelas emissões que causam o aquecimento global) em assinarem o Protocolo de Quioto, não deve impedir que se avance com acções preventivas urgentes. Com o Protocolo de Quioto a entrar em vigor em Fevereiro de 2005, devem-se concretizar urgentemente a redução das emissões (de gases) e os compromissos básicos. Mais, dado os recentes indicadores sobre a rapidez e intensidade do aquecimento global, têm de se estabelecer sem demora novas reduções restritivas dos gases causadores do efeito de estufa.

Os padrões de desenvolvimento seguidos pela humanidade ao longo dos três últimos séculos e em particular nas décadas mais recentes são a principal fonte das emissões responsáveis pelo efeito de estufa e pelas alterações climáticas. As nações ricas e o estilo de vida das suas populações geraram a maior parte destas emissões. A ameaça que as alterações climáticas constituem para toda a humanidade requer uma resposta comum, com acções radicais e imediatas para reduzir as emissões de gases e para fazer frente às consequências do efeito de estufa. A responsabilidade por isto cabe em primeiro lugar àqueles que mais beneficiaram das causas da situação.

No âmbito da acção urgente e radical que se impõe, tem de se dar prioridade, nas estratégias futuras de produção de energia, a fontes renováveis seguras e não poluentes.

Considerando que se trata de uma ameaça à própria vida, o interesse da comunidade global não pode ficar refém de uns poucos países que não se juntam ao esforço comum.

Apelamos aos governos para que tomem medidas urgentes e corajosas para fazer frente às alterações climáticas e à degradação ambiental do nosso planeta.

Em particular, pedimos:

- **reconhecimento explícito das sérias ameaças imediatas que as alterações climáticas trazem;**

- **imediate implementação das medidas para redução de emissões incluídas no Protocolo de Quioto;**
- **um início urgente de negociações para a revisão dos compromissos actuais e para estabelecer um acordo sobre uma acção a longo prazo em termos globais equitativos e que evite os impactos mais perigosos das alterações climáticas;**
- **provisão dos recursos financeiros adicionais necessários a um substancial aumento do nível de financiamento da *Global Environment Facility* (Fundo Mundial para o Meio Ambiente), a adopção de tarifas relacionadas com as emissões para o espaço aéreo internacional e para os oceanos; a introdução de uma taxa de combustível para a aviação internacional, de forma a compensar os danos climáticos causados pelo tráfico aéreo e que, ao mesmo tempo, supere o subsídio indirecto dado anteriormente à indústria da aviação via impostos zero nos combustíveis para a aviação;**
- **medidas para preparar as comunidades mais vulneráveis para os impactos que já não possam ser evitados, assim como medidas que protejam a fauna e a flora mundiais;**
- **que se comprometam a aplicar o princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas, conforme a Declaração do Rio, onde povos e países suportam os custos de fazer face às alterações climáticas na proporção do seu contributo para os factores que causam tais alterações;**
- **que se comprometam a cada vez mais utilizar formas renováveis de geração de energia.**

5. Pôr fim à militarização e à proliferação de armas

Os tão esperados “dividendos da paz” decorrentes do fim da guerra fria não se materializaram. Emergiram novas formas de militarização, com governos, movimentos de oposição e outros grupos a procurar impôr a sua vontade pela força das armas. Qualquer que seja a justificação dada, em quase todas as circunstâncias a intervenção militar não trouxe a estabilidade desejada. Pelo contrário, o resultado é menos estabilidade como se viu no Iraque. Acresce ainda que o fornecimento de ajuda humanitária, que deveria ser feito indiscriminadamente às pessoas directamente afectadas por catástrofes e/ou conflitos, tem sido cada vez mais associado a objectivos militares, dado que se encarrega pessoal militar da sua distribuição.

O comércio concertado de armas a nível global tem enormes efeitos para as pessoas, alimentando conflitos, promovendo insegurança e “minando” o desenvolvimento em algumas das mais pobres regiões do mundo. A cada minuto que passa, é morta pelo menos uma pessoa algures no mundo devido à violência armada. Em alguns países estão a ser explorados recursos naturais valiosos, como diamantes e cobre, para servir de moeda de troca na compra de armas, usadas para cometer atrocidades terríveis. As mulheres e crianças são particularmente vulneráveis, as mulheres e raparigas são violadas sob ameaça de armas e estima-se que 300 mil crianças se tornaram soldados em conflitos por todo o mundo. A proliferação do comércio de armas é um exemplo cruel da incoerência da política de ajuda internacional.

Os Estados que mais proveitos tiram deste comércio são os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, que em conjunto somam cerca de 80% das exportações oficiais de armas convencionais. Entre 1998 e 2001, os Estados Unidos, o Reino Unido e a França ganharam mais com o comércio de armas do que o total das suas contribuições para ajuda internacional. Para mais, o afrouxamento do controlo das vendas de armas após o 11 de Setembro conduziu a uma nova proliferação de armas. As armas continuam a ser canalizadas para países onde não há grande respeito pelos direitos humanos, ou países em desenvolvimento que gastam mais em defesa do que em serviços sociais básicos, desviando para isso fundos destinados a áreas como a saúde e a educação.

A comunidade internacional deve demonstrar coerência com os seus próprios compromissos de promover a paz e estabilidade no mundo.

Apelamos aos governos que se comprometam a levar a cabo uma redução real e drástica dos gastos militares e a implementar um controlo rigoroso imposto por lei da venda de armas. Em particular, pedimos:

- **um compromisso vinculativo de reduzirem pelo menos para metade as despesas militares em cada país até ao ano 2015 e utilizarem os “dividendos da paz” daí resultantes para fins sociais ou ambientais;**
- **um compromisso vinculativo de promoverem o desarmamento geral e banirem todas as armas nucleares e de destruição maciça;**
- **adopção do Tratado sobre o Comércio de Armas global, que pode estabelecer algumas salvaguardas no que é hoje um mercado não regulado. O Tratado asseguraria que todos os governos controlariam as armas segundo os mesmos padrões internacionais;**
- **um compromisso de retirarem os milhões de armas ilegais e em excesso que se encontram actualmente em circulação;**
- **um compromisso de respeitarem a neutralidade e imparcialidade da ajuda humanitária, tanto no que respeita à sua distribuição como às organizações humanitárias encarregadas de a fazer.**

6. Financiar o desenvolvimento

Gerar os recursos financeiros necessários para alcançar o desenvolvimento sustentável em que as necessidades básicas de todos são satisfeitas e cada um tem oportunidade de levar uma vida plena é responsabilidade de todos os governos e pessoas em qualquer parte do mundo. A maior responsabilidade recai sobre as nações, as empresas e os indivíduos mais ricos. Como ficou claramente identificado no relatório do Projecto do Milénio, os actuais níveis de financiamento para o desenvolvimento são insuficientes para atingir mesmo as metas mínimas estabelecidas nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Para mais, muitas formas de financiamento que supostamente se destinam ao desenvolvimento estão na realidade a ir contra os objectivos que deveriam promover. Ainda que se reconheça a importância crucial do comércio e do investimento para gerar os recursos necessários para garantir formas sustentáveis de desenvolvimento, eles continuarão a ser insuficientes para os países em desenvolvimento, em particular para os de baixo rendimento.

Gerando financiamentos internacionais para o desenvolvimento

Para que a comunidade internacional cumpra os seus compromissos e obrigações para a erradicação da pobreza é necessário um aumento substancial do financiamento disponível para o desenvolvimento. Isso só se conseguirá assegurando um aumento real nas transferências de financiamento dos países ricos para os países pobres. Em particular:

→ Com o aumento da ajuda

Para muitos dos países pobres a ajuda é a fonte de financiamento mais relevante para o seu desenvolvimento. Para estes países é também a única fonte real de investimento para infra-estruturas sociais básicas que são vitais para assegurar o bem-estar da sua população e para

tomarem medidas efectivas de combate à pobreza. A ajuda só poderá ser eficaz quando é sustentável e previsível, contribuindo para estratégias de desenvolvimento definidas pelo próprio país. Não pode ser ajuda ligada segundo os ditames dos doadores, pois, dessa forma, não só distorce o seu valor, mas também prejudica o compromisso do país nas políticas de desenvolvimento que lhe são impostas do exterior.

Apelamos aos Governos para que garantam um aumento substancial dos níveis de ajuda para que as estratégias de desenvolvimento adoptadas possam ser implementadas. Em particular, pedimos:

- **um compromisso de duplicação imediata da provisão de APD até 2006, de modo a financiar os ODM;**
- **um compromisso de cada país doador de dar pelo menos 0,7% do seu RNB, o mais tardar até 2015;**
- **que, dos países doadores que ainda não alcançaram a meta das Nações Unidas, cada governo apresente, na Cimeira de Setembro, os seus planos para a atingir.**

→ **Cancelamento da dívida**

Embora seja em geral reconhecido que para muitos dos países em desenvolvimento o encargo com o serviço da dívida mina o desenvolvimento, pouco se fez para assegurar que o nível das dívidas seja sustentável.

Apelamos aos Governos para que adoptem medidas que definitivamente ponham fim aos níveis insustentáveis de dívida de todos os países em desenvolvimento de baixo ou médio rendimento. A sustentabilidade da dívida tem de ser medida em função, entre outras coisas, das necessidades dos países endividados para atingirem os ODM. Em particular, pedimos:

- **total cancelamento da dívida nos casos em que não o fazer compromete as possibilidades dos países de alcançarem os ODM;**
- **mais perdões substanciais de dívida para os países de baixo ou médio rendimento, para além da iniciativa HIPC² (Países Pobres Altamente Endividados);**
- **que se estabeleça de imediato um procedimento justo e transparente de arbitragem para ponderar os encargos insustentáveis de dívidas, garantindo o direito de todos os interessados de serem ouvidos, a protecção das necessidades básicas dos devedores e a instituição de uma suspensão automática do serviço da dívida. Este procedimento deve ter por base um órgão deliberativo neutro, independente das IFI (Instituições Financeiras Internacionais), OMC e outras congéneres;**
- **que o financiamento do cancelamento da dívida seja um acréscimo, somando-se ao compromisso dos doadores de atingirem os 0,7% do PNB na ajuda;**
- **que o cancelamento da dívida se faça livre de condições relativas a políticas económicas, como privatizações ou liberalização.**

² HIPC - Heavily Indebted Poor Countries Debt Initiative.

→ **Instituição de taxas internacionais**

Tem sido crescentemente reconhecido que são necessárias novas formas de financiamento internacional para o desenvolvimento. Agora há que assumir compromissos para as concretizar. Têm sido apresentadas muitas propostas que são justificadas e são exequíveis. Na maior parte dos casos, a aplicação das taxas propostas não só fornecerá recursos adicionais para o desenvolvimento, mas também terá um papel construtivo a regular acções que causam instabilidade nos sistemas económicos globais ou têm efeitos negativos no ambiente. Estas taxas internacionais deveriam incidir sobre a utilização dos bens públicos globais do meio ambiente, as transacções financeiras e de câmbio monetário internacionais de curto prazo, e no comércio de produtos que têm um impacto negativo internacional, por exemplo, nos equilíbrios ecológicos globais, na promoção de conflitos, etc.

Apelamos aos Governos para que estabeleçam mecanismos de tributação internacional que não só proporcionem recursos financeiros adicionais para o desenvolvimento, mas também o controle de processos insustentáveis e causadores de danos. Em particular, pedimos:

- **um compromisso de estabelecer taxas internacionais baseadas numa ou mais das actuais propostas, em particular uma taxa sobre transacções monetárias e uma taxa sobre o combustível para a aviação internacional;**
- **um compromisso de desenvolver sistemas para a partilha de informação sobre transferências financeiras transfronteiriças, e incrementar a coordenação global das taxas, de modo a aumentar os seus dividendos, assim como controlar a corrupção;**
- **um compromisso de tomar medidas que conduzam à abolição imediata de todos os paraísos fiscais.**

→ **Gerando financiamento doméstico para o desenvolvimento**

Todos os governos têm obrigação de gerar nos seus países recursos financeiros que possam contribuir para financiar estratégias de desenvolvimento. Têm também obrigação de utilizar os recursos com eficiência e do modo mais eficaz possível, bem como de responder pela sua utilização, de forma transparente e acessível, perante a sua população. A mobilização das finanças domésticas é um meio importante para fazer frente à questão das desigualdades nacionais, em particular através de impostos progressivos e tributação das empresas.

Apelamos aos Governos para que estabeleçam sistemas fiscais equitativos em todo e cada país. Em particular, pedimos:

- **apoio ao fortalecimento dos sistemas domésticos de tributação progressiva;**
- **compromissos que tornem transparentes os orçamentos e contas nacionais, incluindo a integração do orçamento de género, de modo a aumentar a responsabilização dos governos perante os cidadãos locais pela utilização dos recursos;**
- **uma convenção internacional que facilite a recuperação e repatriação de Fundos do Tesouro nacional dos países em desenvolvimento, dos quais houve uma apropriação ilegal;**
- **um acordo multilateral sobre partilha efectiva de informação fiscal entre países, para impedir a evasão fiscal.**

7. Estabelecer regras comerciais justas

Tem-se enfatizado com frequência que o comércio tem um potencial substancialmente maior que a ajuda para financiar o desenvolvimento. Mas isso só se verificará quando as regras internacionais do comércio contemplarem efectivamente as necessidades e os direitos dos países em desenvolvimento e dos seus produtores. No presente, o comércio é o veículo para a liberalização indiscriminada das economias dos países em desenvolvimento e para a imposição de condições prejudiciais, ao invés de apoiar um desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza e a igualdade de género. As políticas comerciais devem ser reorientadas para promover um comércio justo e apoiar um desenvolvimento sustentável. As políticas e regras comerciais têm de assegurar o direito dos países em desenvolvimento a concretizarem as suas próprias agendas de desenvolvimento, pondo os interesses das suas populações em primeiro lugar. Isto inclui possibilitar-lhes tomarem medidas para proteger os serviços públicos de uma liberalização e privatização forçadas, garantir-lhes o direito à alimentação e o acesso a medicamentos essenciais e reforçar a responsabilidade das empresas. Os conhecimentos dos agricultores e as tecnologias indígenas têm de ser devidamente reconhecidas e a investigação deve ser reorientada para incluí-las.

Para muitos países em desenvolvimento, a maior parte das suas receitas de exportações continua a provir de um ou dois produtos apenas. A descida dos preços das mercadorias trouxe-lhes uma diminuição desses rendimentos até 50%, agravando a sua dependência da ajuda internacional e aumentando a insustentabilidade da sua dívida.

Apelamos aos governos para que assegurem que o sistema global do comércio seja justo e equitativo. Em particular, pedimos:

- **fim das condições impostas pelas instituições financeiras internacionais e outros doadores sobre a ajuda e o cancelamento de dívida, que determinam as políticas comerciais dos países em desenvolvimento;**
- **tratamento especial efectivo e transparente do sistema global de comércio para os países em desenvolvimento;**
- **abolição de todas as formas de subsídios dos países ricos que prejudicam a produção e os mercados dos produtos agrícolas dos países em desenvolvimento;**
- **maior responsabilização e transparência dos governos e das organizações internacionais, perante os cidadãos comuns que representam, na formulação das regras internacionais de comércio e nas políticas de comércio nacionais, assegurando que as políticas comerciais respeitam os direitos dos trabalhadores, e os direitos humanos num sentido mais amplo;**
- **mecanismos internacionais efectivos e transparentes para apoiar os preços dos bens e para compensar os países em desenvolvimento pelas flutuações dos preços.**

8. Combater o HIV/sida e outras epidemias

A morte ou a incapacidade resultante da doença é uma catástrofe humana contínua e frequentemente evitável que suplanta quase todas as outras. É também um obstáculo grave ao desenvolvimento. Atinge as comunidades pobres e marginais de modo desproporcionado, em particular as que não têm acesso adequado a cuidados de saúde. O HIV/sida traz uma ameaça particular. Na Assembleia Geral das Nações Unidas sobre HIV/sida, em 2001, os Estados-membros manifestaram-se a favor de que esta pandemia constituísse uma emergência global. Desde então, a situação degradou-se. Na Conferência Internacional

sobre a Sida, em 2004, os líderes mundiais confirmaram que há mais de 38 milhões de pessoas com sida no mundo e que a epidemia se está a espalhar em toda a parte.

O HIV/sida afecta os países mais pobres de forma desproporcionada. A região mais afectada é a África Subsariana, onde quase 40% do total de mortes se deve à sida. O enorme impacto do HIV/sida no capital humano destes Estados constitui uma grave ameaça para o desenvolvimento. Através dos seus efeitos nos que são directamente afectados, mas também nos seus filhos, parentes, e comunidades, o vírus mina a capacidade produtiva tanto do presente como do futuro. Outras epidemias tratáveis, como a malária e a tuberculose, vêm aumentar a ameaça à vida e meios de vida de milhões de pessoas nos países em desenvolvimento.

O tratamento dos infectados está disponível e é possível, mas embora haja milhões de necessitados apenas algumas centenas de milhares têm acesso a ele. O acesso ao tratamento tem sido travado não só por atitudes culturais e sociais, pelo estigma associado à doença, e pela relutância dos governos em assumirem uma liderança enérgica, mas também por deferência para com os privilégios e protecções concedidos às empresas farmacêuticas. Só as campanhas e manifestações sustentadas e generalizadas da sociedade civil levaram alguns governos, como o do Brasil, a garantir aos afectados o livre acesso, assim como levaram a OMC a reconhecer relutantemente que se reclamava o direito à saúde. A grande maioria dos que necessitam de tratamento contínuo à espera que aumentem substancialmente os serviços e os fundos que iriam evitar a morte de milhares de pessoas todas as semanas.

Na Conferência Internacional de Banguécoque, em 2004, os líderes mundiais admitiram que não tinham feito o suficiente para impedir o alastramento do HIV/sida, nem para mitigar os seus efeitos. É pois necessário um compromisso renovado, assente em vontade política, para combater esta doença, que surge como um sério obstáculo ao desenvolvimento global, e para reduzir o seu impacto. Todas as intervenções têm de atender às questões de género, uma vez que as estatísticas mostram que 60% dos adultos infectados pelo HIV/sida, em África, são mulheres – o que revela a importância, para a luta contra o HIV/sida, de dar poder às mulheres. Para além disso, também se deve dar especial ênfase a políticas e intervenções dirigidas às crianças infectadas pelo HIV/sida, incluindo as que ficaram órfãs. Foi iniciada em África e está a expandir-se por todo o mundo uma campanha intitulada “Free by 5”, que defende que se garanta a todos os que necessitarem o acesso gratuito a um conjunto básico de medicamentos.

Apelamos aos governos para que reconheçam a luta crítica contra as epidemias que devastam incontáveis comunidades e para que lhe atribuam prioridade máxima. Em particular, pedimos:

- **um aumento radical do apoio financeiro para a iniciativa “3 by 5”³ (dar os medicamentos gratuitos a três milhões de pessoas dos países de baixo e médio rendimento até ao final de 2005) da Organização Mundial de Saúde, seguido do lançamento de uma “6 by 7” (dar medicamentos gratuitos a seis milhões em 2007). Além disso, deve ser assegurado um financiamento sustentável e previsível para o Fundo Global de luta contra a sida, tuberculose e malária.**
- **inauguração de um serviço de emergência global para dar resposta às situações prementes e de uma entidade abastecedora, com administração pública, que forneça tratamento anti-retroviral acessível e gratuito – e vacinação, se surgir uma vacina eficaz.**

³ Dar tratamento a três milhões até final de 2005 (“3 em 5”) é a iniciativa global da Organização Mundial de Saúde e da UNAIDS, adoptada em 2003, para assegurar o tratamento com anti-retrovirais de três milhões de pessoas com HIV/sida, de países em desenvolvimento, até ao final de 2005

- **um compromisso renovado com a visão há muito definida de “Saúde para Todos”, combinado com um aumento substancial dos fundos para a reconstrução e alargamento de sistemas de saúde em todos os países em desenvolvimento.**
- **uma moratória sobre todo e qualquer alargamento dos termos de protecção de patentes para as farmacêuticas e sobre novas cláusulas do TRIPS⁴ em acordos de comércio bilaterais e regionais;**
- **inauguração, utilizando provisões de segurança de emergência, de um fundo de apoio público para uma iniciativa mundial “Free by 5”(gratuito em 2005) para assegurar o acesso livre e não discriminatório ao tratamento.**

9. Promover a responsabilização (accountability) das empresas

As empresas multinacionais (TNC) são os principais actores e beneficiários da globalização, mas não lhes é atribuída responsabilidade global. Estão frequentemente envolvidas em violações de normas sociais, ambientais e dos direitos humanos. Empresas e governos deram resposta aos impactos amplamente tidos como negativos da actividade empresarial, através da elaboração de centenas de códigos de conduta sectoriais e de empresa e de “parcerias” formadas por iniciativa própria. O Pacto Global lançado pelo secretário-geral das Nações Unidas é o melhor exemplo de uma estratégia política visando acima de tudo a auto-regulação voluntária da indústria. Pretende-se com a ajuda de exemplos de boas práticas, que as empresas envolvidas demonstrem o seu sentido de responsabilidade social. No entanto, a influência da indústria e o impacto da actividade empresarial transnacional fazem-se sentir muito para além deste nível “soft” da política. Por detrás do véu das iniciativas conjuntas e de processos de diálogo, muitas empresas e associações empresariais continuam a promover impiedosamente os seus próprios interesses nas áreas “duras” da política. As suas actividades afectam seriamente a segurança das pessoas por todo o mundo. Há, pois, necessidade de instrumentos legais internacionais que assegurem que as actividades das TNC se coadunam com convenções e padrões globalmente acordados.

Na Conferência de Joanesburgo, em 2002, os governos comprometeram-se claramente a “promover activamente a responsabilidade [*responsibility and accountability*] das empresas, com base nos princípios do Rio, nomeadamente através do completo desenvolvimento e da implementação efectiva de acordos e medidas intergovernamentais”⁵. Em 2003 a Subcomissão das Nações Unidas para a Promoção e Protecção dos Direitos Humanos aprovou as “Normas sobre as Responsabilidades das Empresas Multinacionais e Outras relativamente aos Direitos Humanos”⁶. Estas normas representam um passo histórico, reafirmando de forma sucinta, mas abrangente, os princípios legais internacionais aplicáveis às empresas no respeitante a direitos humanos, leis humanitárias, leis laborais internacionais, direito do ambiente, direito do consumidor e leis anti-corrupção.

Apelamos aos governos para que se comprometam a responsabilizar as empresas transnacionais e outras perante a comunidade global e as gerações futuras.

Em particular, pedimos:

⁴ Acordo OMC sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados com o comércio

⁵ Plano de Implementação da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, § 49.

⁶ Subcomissão das Nações Unidas para a Promoção e Protecção dos Direitos Humanos, Resolução 2003/16.

- **um compromisso de apoiar as Normas sobre as Responsabilidades das Empresas Multinacionais e Outras relativamente aos Direitos Humanos, e de dar passos concretos para a sua total aplicação;**
- **um instrumento vinculativo internacional para aumentar a transparência dos fluxos financeiros entre empresas multinacionais, em particular da indústria extractiva, e os governos, como foi proposto pela campanha internacional “Publique o que Paga”.**

10. Democratizar a governação internacional

Há necessidade crítica de um sistema aberto, transparente e acessível de governação, em que sejam respeitados os direitos humanos e a prevalência da lei, a fim de assegurar um desenvolvimento global equitativo. Garantir o respeito pelos direitos humanos e o estado de direito é uma responsabilidade primária das autoridades legais do país, dentro de um quadro legalmente estabelecido a nível nacional que se coadune com acordos e obrigações internacionais, incluindo aqueles que definem os direitos humanos acordados internacionalmente. No entanto, a aplicação de leis nacionais nem sempre é suficiente para prevalecer a justiça e há uma necessidade crescente de se reforçar o enquadramento legal internacional de modo que os governos, empresas e indivíduos possam ser responsabilizados por actos que violam os acordos sobre direitos humanos e outros acordos internacionais.

Está em causa a legitimidade do nosso sistema de governação internacional. O poder global acarreta responsabilidade e a responsabilização daqueles que o assumem – sejam governos, empresas ou tão-só indivíduos – deve estender-se à comunidade internacional como um todo. Contudo, já não é aceitável a dominação efectiva das nossas instituições multilaterais por uma minoria de governos, que usam a sua posição para promover os seus interesses específicos acima de todos os outros, em especial quando esses mesmos governos não aderem à vontade da maioria internacional. Há muito que tarda uma reforma do nosso sistema internacional de governação. É necessário reconstituí-lo de forma a que corresponda a princípios de justiça e democracia. As Nações Unidas continuam a ser a instituição mais legítima e representativa para assegurar um sistema efectivo de governação internacional e, no entanto, a gestão ao nível global das políticas económicas, monetárias e comerciais encontra-se efectivamente fora das Nações Unidas, nas instituições financeiras internacionais e OMC. Este desligamento das Nações Unidas levou a desequilíbrios estruturais no sistema de governação global que favorecem paradigmas económicos, sobrepondo-os ao desenvolvimento humano e minando prioridades políticas definidas no âmbito das Nações Unidas. Isto tem de mudar de modo a que a ONU recupere uma centralidade política global baseada em novos mecanismos, que garantam a tomada de decisões democrática, transparente e responsabilizada. O Banco Mundial, o FMI e a OMC têm de ser completamente integrados no sistema da ONU, sendo os seus papéis redefinidos. As suas estruturas dirigentes também têm de ser reformadas para reflectirem as mudanças na economia global.

Apelamos aos governos para que se comprometam a uma reforma radical do sistema multilateral de governação e ao fortalecimento e democratização das Nações Unidas. Em particular, pedimos:

- **restabelecimento de um Conselho Económico e Social das Nações Unidas reformado, no qual o estatuto de membro se baseie em princípios de representação, responsabilização e responsabilidade comum. O novo Conselho Económico e Social devia ser a autoridade legal global de topo para assuntos económicos e sociais, e as suas decisões vinculativas;**
- **uma transformação do estatuto de membros do Conselho de Segurança de modo que se apliquem os mesmos princípios de representatividade, responsabilização e responsabilidade comum;**

- **uma reforma do Banco Mundial, do FMI e outras instituições financeiras internacionais, juntamente com a OMC, para aderirem a estes princípios, mas respondendo em última instância perante o Conselho Económico e Social reformado. As suas funções devem ser redefinidas de modo que o Banco Mundial seja um banco de desenvolvimento dentro do sistema das Nações Unidas, o mandato do FMI se concentre em salvaguardar a estabilidade financeira global, e a OMC se restrinja a regular o comércio internacional;**
- **estabelecimento de avaliações parlamentares públicas regulares das políticas e acções das instituições económicas multilaterais, e do papel e medidas aplicadas pelo governo nacional em causa, com a participação da sociedade civil;**
- **um reforço das instituições judiciais – Tribunal Internacional de Justiça, e Tribunal Penal Internacional – responsáveis pela aplicação da prevalência da lei internacional.**

11. Envolver a sociedade civil

A participação das partes interessadas é fulcral para estratégias bem sucedidas de desenvolvimento. O conceito de apropriação, que é tão vigorosamente promovido na Declaração do Milénio, nos PRSP⁷ e nas estratégias de ajuda ao desenvolvimento, requer o envolvimento dos actores a todos os níveis. Processos nacionais em prol da participação devem formar a base para envolver a sociedade civil na identificação, formulação e implementação de estratégias que visam as necessidades específicas do país e o contexto nacional. Os governos têm de facilitar um envolvimento da sociedade civil que seja aberto, transparente e inclusivo. Tornar o governo local uma instituição democrática efectiva é vital para as comunidades, a fim de salvaguardarem os seus interesses materiais e políticos, onde recursos-chave como a água podem ser salvaguardados e utilizados de modo sustentável. Do mesmo modo, também a participação da sociedade civil precisa de ser facilitada aos níveis regional e global.

O processo da Revisão da Declaração do Milénio deve reflectir o papel crucial de uma interacção dos governos com as sociedades civis e dar espaço amplo para as organizações da sociedade civil se envolverem significativamente no processo de revisão. Em última análise, se a Declaração do Milénio – e os ODM – é para ter um verdadeiro significado político, a apropriação e o apoio da sociedade civil serão um factor crucial na sua promoção. Se a sociedade civil está pronta a comprometer-se, os governos que estão a negociar a revisão da Declaração do Milénio devem escutar e tomar em conta as preocupações dos seus cidadãos. As Nações Unidas devem assegurar o espaço para que esta interacção seja significativa e produtiva num verdadeiro espírito de objectivos comuns promovidos de maneira aberta, transparente e responsabilizada.

Apelamos aos governos para que assegurem que esse envolvimento da sociedade civil no processo de tomada de decisões – aos níveis nacional, regional e internacional – é efectivamente facilitado. Em particular, pedimos:

- **um compromisso de assegurar que os processos nacionais de envolvimento são transparentes, abertos, acessíveis e consistentes;**
- **estabelecimento e fortalecimento de mecanismos de participação para as organizações regionais;**
- **estabelecimento de mecanismos, ao nível das Nações Unidas e de outras organizações internacionais, que dêem transparência aos processo de debate e decisão, acesso às**

⁷ Poverty Reduction Strategy Papers

agendas, documentos e relatórios, assim como às próprias reuniões – incluindo as da Assembleia Geral;

- **que proporcionem o espaço para trabalharem e se envolverem dentro das instalações da ONU;**
- **concretização da proposta de um *trust fund* alargado para apoiar a participação da sociedade civil nos processos das Nações Unidas, quer se realizem ao nível regional quer na sede da ONU;**

Conclusões

É tempo de uma acção enérgica e decisiva. Menos que isto é irresponsabilidade. Reconhecemos que na Cimeira de Setembro, e na preparação precedente, os nossos líderes enfrentarão decisões difíceis. Com demasiada frequência, interesses políticos de curto prazo prevalecem sobre necessidades de mais longo prazo. Os acordos feitos pela comunidade internacional estão cheios de compromissos. No entanto, as ameaças e desafios à nossa herança comum são mais urgentes do que nunca. Os recursos e a tecnologia existem. Os chefes de Estado e de Governo do mundo têm de mostrar uma vontade política de êxito, não só comprometendo-se colectivamente numa agenda enérgica e radical, mas também em perseguir a sua concretização. Basta que poucos falhem na resposta a este desafio, seguindo os seus interesses individuais de curto prazo, para condenar todos ao insucesso. Não podemos dar-nos ao luxo de falhar.